

### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE JURISPRUDÊNCIA, ASSUNTOS TÉCNICOS E PUBLICAÇÕES COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA / COORDENADORIA DE ACÓRDÃO

### Acórdão – Segunda Câmara

Processo: **782183** 

Natureza: Prestação de Contas Municipal

Exercício: 2008

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tapira

Responsável: Jeremias Raimundo Venâncio, Prefeito Municipal à época

Procurador(es): Mauro Jorge de Paula Bomfim, OAB/MG 43712; João Francisco da Silva, OAB/MG 49364; Daniela Bertulane Franco, OAB/MG 110795; Rodrigo Silva Morais,

OAB/MG 101779; Ariana Martins de Amorim, OAB/MG 115312

Apenso: Pedido de Rescisão n. **862502** 

Representante do Ministério Público: Glaydson Santo Soprani Massaria

Relator: Conselheiro Eduardo Carone Costa

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS — PREFEITURA MUNICIPAL — DETERMINADO O SOBRESTAMENTO DOS AUTOS ATÉ DECISÃO JUDICIAL FINAL.

Determina-se o sobrestamento dos autos até que seja proferida decisão judicial final sobre o julgamento das contas do Executivo Municipal pelo Legislativo, impondo-se que seja dada ciência ao responsável e ao atual Presidente da Câmara Municipal, devendo, ainda, ser oficiado o Juízo de Direito respectivo solicitando o encaminhamento ao Tribunal, no momento oportuno, da cópia da sentença pertinente aos autos em epígrafe.

# NOTAS TAQUIGRÁFICAS

(Conforme arquivo constante do SGAP)

Sessão do dia: 25/10/12

Procurador Presente à Sessão: Daniel de Carvalho Guimarães

### CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO CARONE COSTA:

Submeto à consideração deste eg. Colegiado os autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Tapira, referente ao exercício de 2008.

Apreciada a tramitação processual, verifica-se que, na Sessão de 26/11/2009, foi emitido parecer prévio pela **rejeição** das contas anuais apresentadas pelo Sr. Jeremias Raimundo Venâncio, Prefeito Municipal de Tapira, em razão de terem sido empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados.

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



DIRETORIA DE JURISPRUDÊNCIA, ASSUNTOS TÉCNICOS E PUBLICAÇÕES COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA / COORDENADORIA DE ACÓRDÃO

Em 17/10/2011, o ex-gestor, por intermédio de seu procurador Dr. Mauro Jorge de Paula Bonfim, interpôs PEDIDO DE RESCISÃO, autuado sob o nº 862.502, que não foi recebido pelo Relator, consoante despacho de fls. 28/29.

Na Sessão de 11/04/2012, a Câmara Municipal de Tapira aprovou a Resolução nº 004/2012, anulando o julgamento das contas relativas ao exercício de 2008, em razão dos fundamentos jurídicos especificados no referido ato normativo.

Inconformado, o ex-Gestor ajuizou Ação Ordinária com pedido de antecipação de tutela, na qual solicitou a suspensão dos efeitos da Resolução nº 004/2012, sob a alegação de que teria havido descumprimento da norma regimental da Câmara Municipal para aprovação da mencionada Resolução.

O Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araxá, em 09/08/2012, encaminhou a esta Corte decisão liminar exarada nos autos do processo nº 0040.12.007766-0, na qual deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, determinando a imediata suspensão dos efeitos da Resolução nº 004/2012 aprovada na Sessão de 11/04/2012, que havia anulado o julgamento das contas relativas ao exercício de 2008.

A referida decisão judicial fundamenta-se no fato de que o Poder Legislativo utilizou-se da tramitação sob o regime de urgência para a aprovação da referida resolução, sendo que o citado trâmite se aplicaria exclusivamente aos projetos de autoria do Poder Executivo.

Tendo esta Corte de Contas tomado ciência do inteiro teor da decisão judicial, que determinou à Câmara Municipal de Tapira que procedesse à imediata suspensão dos efeitos da Resolução nº 004/2012 até o julgamento final do processo em trâmite na Comarca de Araxá, verifica-se que a antecipação dos efeitos da tutela deferida pelo d. Juiz de 1º grau em nada repercute no parecer prévio emitido por este Tribunal na Sessão de 26/11/2009, uma vez que foi exarado em estrita observância à lei e aos princípios constitucionalmente assegurados do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Isto posto, fundamentado no art. 171 do RITCEMG, manifesto-me pelo sobrestamento dos autos até decisão judicial final referente ao processo nº 0040.12.007766-0.

Dê-se ciência ao Sr. Jeremias Raimundo Venâncio e ao atual Presidente da Câmara Municipal de Tapira.

Determino, ainda, que seja oficiado o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araxá solicitando o encaminhamento ao Tribunal, no momento oportuno, da cópia da sentença pertinente aos autos em epígrafe.

#### CONSELHEIRO MAURI TORRES:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

#### CONSELHEIRO SUBSTITUTO GILBERTO DINIZ:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO CARONE COSTA:

APROVADO O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



DIRETORIA DE JURISPRUDÊNCIA, ASSUNTOS TÉCNICOS E PUBLICAÇÕES COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA / COORDENADORIA DE ACÓRDÃO

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de n. **782183**, relativos à Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Tapira, referente ao exercício de 2008;

Considerando que esta Corte de Contas tomou ciência do inteiro teor da decisão judicial, que determinou à Câmara Municipal de Tapira a imediata suspensão dos efeitos da Resolução n. 004/2012 até o julgamento final do processo em trâmite na Comarca de Araxá;

Considerando que a antecipação dos efeitos da tutela deferida pelo Juiz de Primeiro grau em nada repercute no parecer prévio emitido por este Tribunal na Sessão de 26/11/2009, uma vez que foi exarado em estrita observância à lei e aos princípios constitucionalmente assegurados do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas, incorporado neste o relatório, na conformidade das notas taquigráficas, por unanimidade, diante das razões expendidas no voto do Relator, em determinar: 1) com fundamento no art. 171 do Regimento Interno desta Corte, o sobrestamento dos autos até decisão judicial final referente ao processo n. 0040.12.007766-0; 2) que seja dada ciência ao Sr. Jeremias Raimundo Venâncio e ao atual Presidente da Câmara Municipal de Tapira; 3) que seja oficiado o Exmo. Sr. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Araxá solicitando o encaminhamento ao Tribunal, no momento oportuno, da cópia da sentença pertinente aos autos em epígrafe.

Plenário Governador Milton Campos, 25 de outubro de 2012.

EDUARDO CARONE COSTA Presidente e Relator

Fui presente:

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas